

HABEAS CORPUS Nº 508.953 - SP (2019/0128568-5)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : PAULO ADALBERTO DOS SANTOS RIBEIRO
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : PAULO ADALBERTO DOS SANTOS RIBEIRO (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* sem pedido liminar impetrado por PAULO ADALBERTO DOS SANTOS RIBEIRO, em benefício próprio.

Nesta impetração, o impetrante, ao que parece, sustenta a ocorrência de prescrição da pretensão executória, tendo em vista o cometimento de falta disciplinar, em 22/1/2013, e o lapso temporal de 6 anos.

Informações prestadas pelo Presidente da Seção de Direito Criminal do TJSP (e-STJ fls. 33/78).

Manifestação da Defensoria Pública do Estado de São Paulo (e-STJ fl. 82).

Parecer do Ministério Público Federal, opinando pelo não conhecimento do *writ* (e-STJ fls. 84/85).

É o relatório. **Decido.**

In casu, a Defensoria Pública/SP assim pronunciou-se (e-STJ fl. 82):

[...]

O paciente protocolizou, de próprio punho, a presente petição requerendo, ao que parece, providências em sua e execução penal, notadamente, revogação de falta grave praticada em janeiro de 2013, em razão de possível prescrição.

Conforme informações prestadas, o E. TJ/SP deu parcial provimento ao recurso de agravo lá interposto para determinar que a recontagem dos lapsos não atingisse LC, indulto e comutação. Mas, não reconheceu a prescrição (e-STJ, fls. 33 e

ss.).

Todavia, a análise sobre prática de falta grave e prescrição depende de consulta pormenorizada do processo execucional do paciente, situação que não é possível de ser feita nesses autos.

Contudo, no sentido de preservar os interesses do paciente, caso V. Exa., entenda pela não concessão da ordem de ofício como requerida na inicial, solicitamos que a presente petição seja encaminhada ao juízo de execuções penais de Araçatuba-SP, responsável pela execução penal do paciente para análise do seu processo, e para tomada de eventuais providências, e benefícios, com vista à Defensoria Pública local.

[...]

Em primeiro lugar, uniformizou o Superior Tribunal de Justiça ser inadequado o *writ* em substituição a recursos especial e ordinário, ou de revisão criminal, admitindo-se, de ofício, a concessão da ordem ante a constatação de ilegalidade flagrante, abuso de poder ou teratologia.

Na hipótese, não vislumbro, de plano, teratologia ou abuso de poder ou ilegalidade gritante. Na verdade, a análise dos temas suscitados impõe, no mínimo, o reexame do material fático-probatório, conforme, aliás, ressaltado pelo próprio Defensor Público (e-STJ fl. 82).

Constato, pois, a impropriedade da via eleita ao exame das teses, dada a necessidade de revolvimento do material cognitivo produzido nos autos a fim de se infirmar o entendimento adotado.

Não conheço, portanto, do *habeas corpus*.

Remeta-se cópia do presente *mandamus* ao Juízo das Execuções Penais da Comarca de Araçatuba/SP, para as providências que entender cabíveis, inclusive, eventual encaminhamento do pedido à Defensoria Pública do Estado de São Paulo, com atuação na instância primeira, a fim de que requeira o que entender de direito em favor do paciente.

Intimem-se.

Sem recurso, arquivem-se os autos.

Brasília (DF), 12 de junho de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator

